



DOS CONCURSOS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR TITULAR COMPILAÇÃO DOS REGIMENTOS USP E FAU | 2026

Artigo 72 – Regimento Interno da FAU: Aplicam-se ao concurso de Professor Titular as disposições do Regimento Geral da Universidade, observadas as normas complementares constantes neste Regimento.

Parágrafo único – Para inscrição em concursos públicos destinados ao provimento de cargos de Professor Titular, será cobrada taxa no valor correspondente a 9 (nove) UFESPs – Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, conforme legislação vigente, devendo o recolhimento ser efetuado no ato da inscrição, nos termos e prazos estabelecidos no respectivo edital.

DAS INSCRIÇÕES

Artigo 149 – Regimento Geral da USP: As inscrições para o cargo de professor titular serão abertas pelo **prazo de cento e oitenta dias**.

Parágrafo único – Do edital deverá constar o programa para a prova de erudição.

Artigo 150 - Regimento Geral da USP: No ato da inscrição o candidato deverá apresentar:

- I – memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, nos termos do art. 121, inciso IV, §§ 4º a 6º;
- II – prova de que é portador do título de livre-docente outorgado pela USP ou por ela reconhecido;
- III – os demais documentos de ordem legal e administrativa exigidos para o concurso.

Parágrafo único – Caso o candidato não satisfaça a exigência do inciso II e desde que não pertença a nenhuma categoria docente da USP, deverá apresentar solicitação de inscrição, nos termos do § 1º do [art 80](#) do Estatuto.

Artigo 151 – Regimento Geral da USP: As inscrições serão julgadas em seu aspecto formal pela Congregação, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o fim do período de inscrição estabelecido no Edital.

§ 1º – Nos casos de que trata o parágrafo único do art 150, a votação exigirá o *quorum* de dois terços para aprovação.

§ 2º – A decisão sobre a aprovação das inscrições deverá ser publicada no Diário Oficial no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º – O concurso deverá realizar-se no prazo de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias após a publicação da decisão que tiver apreciado as inscrições.



DAS PROVAS

Artigo 152 – Regimento Geral da USP: O concurso ao cargo de professor titular consta de:

- I – julgamento do memorial;
- II – prova pública oral de erudição;
- III – prova pública de arguição.

§1º – As provas mencionadas neste artigo serão obrigatoriamente realizadas em idioma nacional, salvo nas áreas de língua e literatura estrangeira.

§2º – Havendo justificado interesse da Universidade, a critério da CAA, as provas poderão ser realizadas em idioma nacional e em idioma estrangeiro conforme previsão do regimento da Unidade.

Artigo 153 – Regimento Geral da USP: As notas das provas do concurso para professor titular **poderão variar de zero a dez, com aproximação até a primeira casa decimal.**

Parágrafo único – O peso para cada prova será estabelecido no regimento da Unidade.

Artigo 73 – Regimento Interno da FAU: As provas, com os respectivos pesos, para o concurso para provimento de cargo de Professor Titular, constarão de:

- I – prova pública oral de erudição – peso 2 (dois);**
- II – prova pública de arguição – peso 4 (quatro);**
- III – julgamento do memorial – peso 4 (quatro).**

§ 1º – As provas serão realizadas em idioma nacional ou no idioma inglês ou espanhol, a partir de manifestação do candidato, por escrito, no requerimento de inscrição.

§ 2º – O candidato que se apresentar depois do horário estabelecido não poderá realizar a prova.

§ 3º – As notas das provas do concurso para Professor Titular variarão de zero a dez, podendo ser aproximadas até a primeira casa decimal.

DA PROVA ORAL DE ERUDIÇÃO

Artigo 156 – Regimento Geral da USP: A prova pública oral de erudição deverá ser realizada **de acordo com o programa publicado no edital.**

§ 1º – Compete à comissão julgadora decidir se o tema escolhido pelo candidato é pertinente ao programa.

§ 2º – O candidato, em sua exposição, não poderá exceder a sessenta minutos.

§ 3º – Ao final da apresentação, cada membro da comissão poderá solicitar esclarecimentos ao candidato, não podendo o tempo máximo, entre perguntas e respostas, superar 60 (sessenta) minutos no total.

§ 4º – Cada examinador atribuirá as notas individualmente, após o término da prova de erudição de todos os candidatos.



Artigo 74 – Regimento Interno da FAU: A prova pública oral de erudição do concurso para Professor Titular obedecerá ao disposto no [art 156](#) do Regimento Geral e seus parágrafos.

Parágrafo único – Durante a prova de erudição o candidato poderá valer-se dos materiais e recursos audiovisuais que julgar necessários.

DA PROVA PÚBLICA DE ARGUIÇÃO

Artigo 158 – Regimento Geral da USP: A prova pública de arguição será regulamentada nos regimentos das Unidades.

Artigo 75 – Regimento Interno da FAU: A prova pública de arguição do concurso para Professor Titular, a que se refere o inciso III do [art 152](#) do Regimento Geral, far-se-á levando-se em consideração a trajetória do candidato e sua aderência face ao perfil de Professor Titular definido no Projeto Acadêmico da FAU, com ênfase na(o):

I – liderança acadêmica e de pesquisa;

II – compromisso institucional;

III – formação de novos pesquisadores e atividades de ensino e extensão universitária;

IV – reconhecimento externo à USP.

Parágrafo único – A duração da arguição não excederá trinta minutos por examinador, cabendo ao candidato igual prazo para responder, admitindo-se o diálogo, mediante aquiescência de ambas as partes.

DO JULGAMENTO DO MEMORIAL

Artigo 154 – Regimento Geral da USP: O julgamento dos títulos, expresso mediante nota global, deverá refletir os méritos do candidato como resultado da apreciação do conjunto e regularidade de suas atividades, compreendendo:

I – produção científica, literária, filosófica ou artística;

II – atividade didática universitária;

III – atividades profissionais, ou outras, quando for o caso;

IV – atividade de formação e orientação de discípulos;

V- atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

VI – diplomas e dignidades universitárias.

Parágrafo único – No julgamento dos memoriais deverão prevalecer as atividades desempenhadas nos cinco anos anteriores à inscrição.



Artigo 155 – Regimento Geral da USP: Cada examinador atribuirá as notas individualmente, após análise do memorial e da documentação comprobatória apresentada pelos candidatos.

Parágrafo único – Cada examinador elaborará parecer escrito circunstanciado sobre os memoriais de cada candidato.

Artigo 76 – Regimento Interno da FAU: O julgamento do memorial do concurso para Professor Titular obedecerá ao disposto nos artigos 154 e 155 do Regimento Geral e seus parágrafos.

Parágrafo único – O memorial circunstanciado poderá ser apresentado na mesma língua estrangeira (inglês ou espanhol) escolhida pelo candidato para a realização das provas, conforme indicação realizada no ato da inscrição.

DA INDICAÇÃO DE CANDIDATO, PROCLAMAÇÃO DE RESULTADO E RELATÓRIO

Artigo 159 – Regimento Geral da USP: Ao término da apreciação das provas, cada examinador atribuirá a cada candidato nota final, que será a média ponderada das notas por ele conferidas, observada eventual ação afirmativa aplicável ao caso, nos termos do artigo 126-A do presente Regimento Geral.

Parágrafo único – Cada examinador fará a indicação segundo a(s) maior(es) nota(s) final(is) por ele conferidas e, se necessário, fará o desempate, motivando sua decisão.

Artigo 160 – Regimento Geral da USP: Findo o julgamento, a comissão julgadora elaborará relatório circunstanciado, justificando a indicação feita.

Parágrafo único – Poderão ser acrescentados ao relatório da comissão julgadora, relatórios individuais de seus membros.

Artigo 161 – Regimento Geral da USP: O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela comissão julgadora, em sessão pública.

§ 1º – Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

§ 2º – Será proposto para nomeação o candidato que obtiver maior número de indicações da comissão julgadora.

§ 3º – O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora de acordo com a maior média geral obtida e, persistindo o empate, esta realizará o desempate motivando sua decisão.



Artigo 162 – Regimento Geral da USP: O relatório da Comissão Julgadora deverá ser apreciado pela Congregação, para fins de homologação, após exame formal, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

§ 1º – A decisão da Congregação e o relatório da Comissão Julgadora deverão ser publicados no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º – A Unidade encaminhará ao Reitor a proposta de nomeação do candidato indicado, nos 20 (vinte) dias subsequentes à homologação do concurso.

DA LOTAÇÃO DO CANDIDATO

Artigo 162-A – Regimento Geral da USP: Na hipótese do concurso realizado nos termos do artigo 125, §§ 5º, 6º e 7º, na mesma sessão em que for apreciado o relatório da comissão julgadora para fins de homologação, será decidida pela Congregação a lotação do candidato em um dos Departamentos para os quais foi realizado o concurso, obedecendo-se ao seguinte:

I – tratando-se o candidato indicado de Professor Associado de um dos Departamentos para os quais foi realizado o concurso, **o Departamento de lotação do candidato permanecerá o mesmo;**

II – tratando-se de candidato que não pertença a nenhuma categoria docente da USP ou de Professor Associado de um Departamento diverso daqueles para os quais foi realizado o concurso, o Departamento de lotação será definido pela Congregação, nos termos do caput, ouvido o candidato a título meramente opinativo.

Atualizado em 14/01/2026, por Conceição Trevisan

Revisão – Leo Chahad

Divisão Acadêmica da FAU-USP